



1.000

QUESTÕES PARA O

MPU

CONHECIMENTOS GERAIS
Comuns a todos os cargos

SUMÁRIO

LÍNGUA PORTUGUESA	9
→ ORTOGRAFIA - CASOS GERAIS E EMPREGO DAS LETRAS.....	9
→ ACENTUAÇÃO.....	11
→ FORMAÇÃO E ESTRUTURA DAS PALAVRAS.....	12
→ ARTIGO	15
→ SUBSTANTIVO	15
→ ADJETIVO	17
→ CONJUGAÇÃO. RECONHECIMENTO E EMPREGO DOS MODOS E TEMPOS VERBAIS.....	21
→ CORRELAÇÃO VERBAL.....	24
→ PRONOMES PESSOAIS.....	25
→ PRONOMES DE TRATAMENTO.....	25
→ PRONOMES POSSESSIVOS.....	26
→ SINÔNIMOS E ANTÔNIMOS	26
→ HOMÔNIMOS E PARÔNIMOS	29
→ PONTUAÇÃO (PONTO, VÍRGULA, TRAVESSÃO, ASPAS, PARÊNTESES, ETC).....	30
→ REGÊNCIA NOMINAL E VERBAL (CASOS GERAIS).....	36
→ CRASE.....	38
→ CONCORDÂNCIA (VERBAL E NOMINAL).....	43
→ INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS (COMPREENSÃO).....	47
→ TIPOLOGIA E GÊNERO TEXTUAL.....	77
→ GABARITO	84
NOÇÕES DE SUSTENTABILIDADE	91
→ DIREITO AMBIENTAL - RELATÓRIO BRUNDTLAND (NOSSO FUTURO COMUM).....	91
→ LEI COMPLEMENTAR Nº 140/2011 - COOPERAÇÃO.....	91
→ CONCEITOS DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO (ARTS. 1º E 2º DA LEI Nº 9.985/00).....	96
→ CATEGORIAS DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO (ARTS. 7º A 21 DA LEI Nº 9.985/00).....	96
→ CRIAÇÃO E GESTÃO DAS UCS (ARTS. 22 A 36 DA LEI Nº 9.985/00 E ARTS. 2º A 40 DO DEC. Nº 4.340/02). 101	
→ DISPOSIÇÕES FIN. E TRANSIT. (ARTS. 42 A 60 DA LEI Nº 9.985/00 E ARTS. 46 A 48 DO DEC. Nº 4.340/02) 103	
→ AMBIENTAL - LEI Nº 12.305/2010 - POLÍTICA NACIONAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS	103
→ LEI Nº 12.187/2009 - POLÍTICA NACIONAL SOBRE MUDANÇA DO CLIMA	109

→ AGENDA AMBIENTAL DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (A3P).....	111
→ ECOLOGIA E MEIO AMBIENTE.....	111
→ DIREITO CONSTITUCIONAL - NOÇÕES GERAIS (ORDEM SOCIAL).....	113
→ DO MEIO AMBIENTE (ART. 225 DA CF/1988).....	114
→ GEOGRAFIA - DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL.....	116
→ LEGISLAÇÃO PENAL E PROCESSUAL PENAL ESPECIAL - DISPOSIÇÕES GERAIS (ARTS. 1º A 5º DA LEI Nº 9.605/1998).....	117
→ DA APLICAÇÃO DA PENA (ARTS. 6º A 24 DA LEI Nº 9.605/1998).....	119
→ DA AÇÃO E DO PROCESSO PENAL (ARTS. 26 A 28 DA LEI Nº 9.605/1998).....	121
→ DOS CRIMES CONTRA A FAUNA (ARTS. 29 A 37 DA LEI Nº 9.605/1998).....	121
→ DOS CRIMES CONTRA A FLORA (ARTS. 38 A 53 DA LEI Nº 9.605/1998).....	122
→ DA POLUIÇÃO E OUTROS CRIMES AMBIENTAIS (ARTS. 54 A 61 DA LEI Nº 9.605/1998).....	124
→ DOS CRIMES CONTRA O ORDENAMENTO URBANO E O PATRIMÔNIO CULTURAL (ARTS. 62 A 65 DA LEI Nº 9.605/1998).....	124
→ DOS CRIMES CONTRA A ADMINISTRAÇÃO AMBIENTAL (ARTS. 66 A 69 DA LEI Nº 9.605/1998).....	124
→ GABARITO.....	125

NOÇÕES DE DIREITOS HUMANOS E FUNDAMENTAIS E DE ACESSIBILIDADE129

→ CONCEITOS, HISTÓRICO E GERAÇÕES DOS DIREITOS HUMANOS.....	129
→ DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS (DUDH).....	132
→ PACTO INTERNACIONAL DOS DIREITOS CIVIS E POLÍTICOS (PIDCP).....	135
→ PACTO INTERNACIONAL SOBRE DIREITOS ECONÔMICOS, SOCIAIS E CULTURAIS (PIDESC).....	136
→ SISTEMA INTERAMERICANO DE DIREITOS HUMANOS.....	137
→ FONTES, CLASSIFICAÇÃO E PRINCÍPIOS DOS DIREITOS HUMANOS INTERNACIONAIS.....	141
→ NORMAS DE INTERPRETAÇÃO E APLICABILIDADE DOS DIREITOS HUMANOS INTERNACIONAIS.....	142
→ AGENDA 2030 - DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL.....	142
→ DEVERES DOS ESTADOS E DIREITOS PROTEGIDOS (ARTS. 1º A 32 DA CIDH-OAS).....	147
→ MEIOS DE PROTEÇÃO (ARTS. 33 A 73 DA CIDH-OAS).....	149
→ CONVENÇÃO INTERNACIONAL SOBRE ELIMINAÇÃO DE TODAS AS FORMAS DE DISCRIMINAÇÃO RACIAL (DEC. Nº 65.810).....	150
→ CONVENÇÃO SOBRE ELIMINAÇÃO DE TODAS AS FORMAS DE DISCRIMINAÇÃO CONTRA A MULHER (DEC. Nº 4.377/2002).....	150
→ CONVENÇÃO SOBRE OS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA (DECRETO Nº 6.949/2009).....	151
→ CONVENÇÃO INTERAMERICANA PARA PREVENIR, PUNIR E ERRADICAR A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER (DEC. 1973/06).....	153
→ CONVENÇÕES DA OIT SOBRE DIREITOS HUMANOS.....	153
→ CONVENÇÃO INTERAMERICANA CONTRA O RACISMO E DISCRIMINAÇÃO RACIAL (DECRETO Nº 10.932/2022).....	154
→ DECRETO Nº 7.037/2009 - PNDH-3.....	156
→ DISPOSIÇÕES GERAIS (ARTS. 1º AO 3º DA LEI Nº 13.146/2015).....	158
→ DA IGUALDADE E DA NÃO DISCRIMINAÇÃO (ARTS. 4º AO 9º DA LEI Nº 13.146/2015).....	163
→ DO DIREITO À VIDA (ARTS. 10 A 13 DA LEI Nº 13.146/2015).....	166

→ DO DIREITO À HABILITAÇÃO E À REABILITAÇÃO (ARTS. 14 A 17 DA LEI Nº 13.146/2015).....	167
→ DO DIREITO À SAÚDE (ARTS. 18 A 26 DA LEI Nº 13.146/2015)	167
→ DO DIREITO À EDUCAÇÃO (ARTS. 27 A 30 DA LEI Nº 13.146/2015).....	169
→ DO DIREITO AO TRABALHO (ARTS. 34 A 38 DA LEI Nº 13.146/2015)	171
→ DO DIREITO À ASSISTÊNCIA E À PREVIDÊNCIA SOCIAL (ARTS. 39 A 41 DA LEI Nº 13.146/2015).....	172
→ DO DIREITO À CULTURA, AO ESPORTE, AO TURISMO E AO LAZER (ARTS. 42 A 45 DA LEI Nº 13.146/2015).....	172
→ DO DIREITO AO TRANSPORTE E À MOBILIDADE (ARTS. 46 A 52 DA LEI Nº 13.146/2015).....	173
→ DA ACESSIBILIDADE (ARTS. 53 AO 76 DA LEI Nº 13.146/2015).....	173
→ DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA (ARTS. 77 E 78 DA LEI Nº 13.146/2015).....	174
→ DO ACESSO À JUSTIÇA (ARTS. 79 A 87 DA LEI Nº 13.146/2015).....	175
→ DISPOSIÇÕES PRELIMINARES (ARTS. 1º A 5º DA LEI Nº 12.288/2010).....	177
→ DO DIREITO À EDUCAÇÃO, À CULTURA, AO ESPORTE E AO LAZER (ARTS. 9º A 22 DA LEI Nº 12.288/2010).....	178
→ DO DIREITO À LIBERDADE DE CONSCIÊNCIA E DE CRENÇA (ARTS. 23 A 26 DA LEI Nº 12.288/2010)	179
→ DO TRABALHO (ARTS. 38 A 42 DA LEI Nº 12.288/2010).....	179
→ DISPOSIÇÃO PRELIMINAR (ART. 47 DA LEI Nº 12.288/2010)	179
→ DIREITOS DE ORIENTAÇÃO SEXUAL.....	179
→ LEI Nº 10.048/2000 - ATENDIMENTO PRIORITÁRIO	181
→ LEI Nº 10.098/2000 - ACESSIBILIDADE DOS PORTADORES DE DEFICIÊNCIA.....	181
→ DECRETO Nº 5.296/2004 - REGULAMENTA AS LEIS Nº 10.048/2000 E Nº 10.098/2000	182
→ DIREITOS HUMANOS NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL	183
→ GABARITO	187

LEGISLAÇÃO INSTITUCIONAL..... 191

→ LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA DOS MINISTÉRIOS PÚBLICOS - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS (ARTS. 1º A 36 DA LC Nº 75/1993).....	191
→ LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA DOS MINISTÉRIOS PÚBLICOS - DOS RAMOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO (ARTS. 37 A 181 DA LC Nº 75/1993).....	193
→ LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA DOS MINISTÉRIOS PÚBLICOS - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS (ARTS. 266 A 295) E TÓPICOS MESCLADOS DA LO MPU	193
→ GABARITO	194

NOÇÕES DE DIREITOS HUMANOS E FUNDAMENTAIS E DE ACESSIBILIDADE

→ CONCEITOS, HISTÓRICO E GERAÇÕES DOS DIREITOS HUMANOS

1. (FGV – 2024) Sobre o conceito de direito fundamental em relação ao de Direito Humano, assinale a afirmação correta.

- a) Direito fundamental é sinônimo de Direito Humano, uma vez que ambos visam à proteção da dignidade da pessoa humana.
- b) Não coincidem, pois é possível haver Direito Humano que não seja direito fundamental e vice-versa.
- c) O Direito Humano só tem validade na hipótese de ser convalidado em direito fundamental com o reconhecimento formal em âmbito interno.
- d) O direito fundamental é aquele que se refere a um Direito Humano pertinente a um tratado internacional ratificado pelo Estado-nação.
- e) São conceitos excludentes, uma vez que reconhecida sua natureza de direito fundamental, não podemos admiti-lo como um Direito Humano, pois há hierarquia entre eles.

2. (FGV – 2024) Os fundamentos dos Direitos Humanos são a razão de ser desses direitos, sua base filosófica de validade.

Acerca deste tema, assinale a alternativa correta.

- a) De acordo com o fundamento jusnaturalista, os Direitos Humanos decorrem da natureza humana, a qual se deve respeitar ao próximo para ser respeitado.
- b) Os Direitos Humanos, de acordo com a corrente jusnaturalista, decorrem do mandamento do soberano, o qual determina aqueles que fazem jus a proteção de seus direitos pelo Estado.
- c) A fundamentação positivista afirma que a validade dos Direitos Humanos decorre da sua previsão em uma norma posta, editada conforme as regras estabelecidas na Constituição Federal de 1988.
- d) A ideia de que o direito humano decorre de um mandamento divino é denominada como jusnaturalista, a qual tem o seu fundamento de validade nas escrituras sagradas.
- e) A tese de fundamentação religiosa prevalece nos dias atuais, tendo em vista que todos os Estados têm uma religião predominante, que aponta as diretrizes básicas dos Direitos Humanos vigentes.

3. (FGV – 2024) Na perspectiva histórica, a doutrina divide os Direitos Humanos em gerações.

Sobre esta temática, analise os tópicos a seguir.

I. 1ª geração: direitos da liberdade, direitos civis e políticos.

II. 2ª geração: direitos da igualdade, direitos sociais, econômicos e culturais.

III. 3ª geração: direitos da fraternidade, direitos difusos, dos povos da humanidade.

IV. 4ª geração: direitos de participação democrática, direito ao pluralismo, bioética.

Está correto o que se afirma em

- a) I, III e IV, apenas.
- b) I, II e III, apenas.
- c) I e III, apenas.
- d) I, II e IV, apenas.
- e) I, II, III e IV.

4. (FGV – 2024) O conceito de interseccionalidade é importante para refletir sobre a efetividade de políticas públicas, a fim de promover os direitos humanos em favor de pessoas em maior situação de vulnerabilidade.

Sob esta perspectiva, assinale a afirmativa correta.

- a) O termo interseccionalidade é um conceito, que aponta a necessidade de maior proteção dos homens brancos, que acabam sendo vítimas dos defensores da pauta identitária.
- b) A interseccionalidade considera que raça, classe, gênero, orientação sexual, nacionalidade, capacidade, etnia e faixa etária – entre outras – são interrelacionadas e moldam-se mutuamente.
- c) No que se refere a violência de gênero, as pesquisas demonstram que as mulheres são vítimas indistintamente, uma vez que sua situação de classe e raça não interfere.
- d) A interseccionalidade demonstra a necessidade de um olhar atento a igualdade entre homens e mulheres, que experimentam as mesmas violações caso sejam da mesma classe social.
- e) É um conceito equívoco, tendo em vista a necessidade de observância do princípio da igualdade na promoção dos direitos humanos, que deve ser garantido a todos sem distinção.

5. (FGV – 2024) Sobre a característica da universalidade dos Direitos Humanos, assinale a afirmativa correta.

- a) Os Direitos Humanos são destinados a todos os seres humanos, que estejam em situação regular no país de residência.
- b) A realidade cultural de um país é argumento suficiente para afastar a aplicabilidade de um direito humano, tendo em vista a prevalência da soberania nacional.
- c) O reconhecimento da multiculturalidade demanda um esforço de análise do caso concreto para se compatibilizar um direito humano em descompasso com a cultura daquele país.
- d) A universalidade é um conceito amplo, que afirma em âmbito universal que um determinado direito deve ser reconhecido por todos os países.
- e) Os Direitos Humanos têm validade em todos os lugares do planeta, alcançada por uma nova perspectiva comunitária, com a elaboração de documentos internacionais de proteção destes direitos.

6. (FGV – 2024) Sobre o conceito de direitos humanos, suas características e seus marcos documentais, é correto afirmar que:

- a) direitos humanos são aqueles previstos na Constituição e na legislação, enquanto direitos fundamentais são aqueles estabelecidos em convenções e tratados internacionais;
- b) a Declaração Universal de Direitos Humanos proíbe tortura, tratamento ou castigo cruel, desumano ou degradante, salvo nos casos de terrorismo e necessidade da investigação para proteção da coletividade;
- c) a Declaração Universal de Direitos Humanos foi elaborada após o advento da Revolução Francesa, em 1789, passando a servir de referência para declarações de direitos nas sociedades ocidentais;
- d) os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às leis complementares;
- e) a Declaração Universal de Direitos Humanos garante que todo ser humano vítima de perseguição tem o direito de procurar e de gozar asilo em outros países, salvo em caso de perseguição legitimamente motivada por crimes de direito comum ou por atos contrários aos objetivos e princípios das Nações Unidas.

7. (FGV – 2024) A alternativa que corresponde apenas a direitos fundamentais de segunda geração é:

- a) direito à propriedade e à liberdade religiosa;
- b) direito à vida e à saúde;
- c) direito à segurança pública e ao meio-ambiente ecologicamente equilibrado;
- d) direito à educação e à moradia;
- e) direito à igualdade e à participação democrática.

8. (FGV – 2023) Em uma gincana jurídica, foi exigido dos grupos em disputa que apresentassem os elementos essenciais dos Direitos Humanos.

O grupo Alfa sustentou que são considerados Direitos Humanos apenas aqueles direitos reconhecidos como tais pela ordem jurídica de cada Estado soberano, de modo que a força possa estar a serviço do direito.

O grupo Beta sustentou que os Direitos Humanos, por imperativo de eficiência, devem ser compreendidos a partir de um referencial de divisibilidade, organizando-se de modo hierarquizado suas distintas partes, principiando pela liberdade e estendendo-se às demais.

O grupo Teta, por sua vez, manifestou-se no sentido de que os Direitos Humanos são sempre contextualizados no âmbito de determinado Estado soberano, surgindo e se desenvolvendo sob influência exclusiva da base de valores ali existentes.

À luz do conceito e da fundamentação dos Direitos Humanos, está correto afirmar que

- a) todos os grupos estão corretos.
- b) todos os grupos estão errados.
- c) apenas o grupo Alfa está correto.
- d) apenas os grupos Alfa e Beta estão corretos.
- e) apenas os grupos Beta e Teta estão corretos.

9. (FGV – 2023) O Art. XXII da Declaração dos Direitos do Homem de 1793 afirma que:

“A instrução é a necessidade de todos. A sociedade deve favorecer com todo o seu poder o progresso da inteligência pública e colocar a instrução ao alcance de todos os cidadãos.”

Com o amadurecimento da ideia da educação como direito humano universal, muitos avanços foram feitos no sentido de aprofundar o que declara o artigo acima. As opções abaixo listam alguns desses avanços, à exceção de uma. Assinale-a.

- a) Inclusão de uma educação em direitos humanos nos sistemas nacionais de ensino.
- b) Determinação de um nível elementar obrigatório de educação para todas as crianças.
- c) Proclamação do direito à educação nas constituições nacionais de países democráticos.
- d) Responsabilização do Estado e da família na promoção e incentivo à educação.
- e) Definição de que o Estado abdicará da transmissão de valores éticos específicos na educação.

10. (FGV – 2023) Os casos de trabalho análogo à escravidão revelam a violação, ao mesmo tempo, de direitos civis e de direitos sociais. Por isso mesmo, uma das dimensões dos direitos humanos apontadas na Declaração e Programa de Ação de Viena de 1993 é a:

- a) razoabilidade;
- b) indivisibilidade;
- c) unilateralidade;
- d) justiciabilidade;
- e) proporcionalidade.

11. (FGV – 2023) Sobre a terminologia direitos humanos e direitos fundamentais, analise as afirmativas a seguir.

I. A Imprecisão terminológica para designar os direitos essenciais à vida digna decorrem da evolução que levou ao redesenho de sua delimitação e fundamento.

II. Parte da doutrina utiliza uma união entre as duas expressões, criando uma nova terminologia: “direitos humanos fundamentais”.

III. É possível concluir pela leitura da Constituição Federal brasileira que direitos humanos são definidos como direitos hierarquicamente superiores aos chamados direitos fundamentais.

IV. A Constituição Federal brasileira acompanha o uso variado de termos, ora fazendo menção ao termo “direitos humanos” dentre ora utilizando a expressão “direitos fundamentais”, dentre outros.

V. O direito internacional emprega a expressão “direitos humanos” em todos os seus diplomas legais quando tem por objetivo resguardar a dignidade humana.

Está correto o que se afirma em

- a) I, III e IV, apenas.
- b) II, III e V, apenas.

- c) I, II e IV, apenas.
- d) I, III, IV e V, apenas.
- e) I, II e III, apenas.

12. (FGV – 2023) De acordo com parte da doutrina, os direitos humanos representam hoje a nova centralidade do Direito Constitucional e também do Direito Internacional. Acerca das características dos direitos humanos, avalie se as afirmativas a seguir são verdadeiras (V) ou falsas (F).

I. Os direitos previstos nos tratados internacionais de direitos humanos são taxativos, enquanto o rol de direitos previsto na Constituição Federal é meramente exemplificativo.

II. A Indivisibilidade dos direitos humanos nada mais é do que o reconhecimento de que todos eles possuem a mesma proteção jurídica, já que são essenciais para uma vida digna.

III. A abertura nacional dos direitos humanos consiste na possibilidade de expandir o rol dos direitos humanos. Ela é fruto do poder constituinte originário, ao estabelecer, por exemplo, a Inserção do direito à moradia pela EC 26/2000.

As afirmativas são, respectivamente,

- a) V-V-V.
- b) V-F-F.
- c) F-V-F.
- d) F-F-F.
- e) F-F-V.

13. (FGV – 2023) A Emenda Constitucional nº 115/22 alterou o Art. 5º da Constituição Federal de 1988, ao qual foi acrescentado o inciso LXXIX, que confere direito à proteção dos dados pessoais, inclusive nos meios digitais. A inserção do referido artigo se justifica ante a característica da inexauribilidade dos direitos humanos prevista no texto constitucional (Art. 5º § 2º CRFB/88).

Assinale a opção que aponta a característica que não se adequa aos direitos humanos.

- a) Transnacionalidade.
- b) Imprescritibilidade, salvo as limitações expressas em tratados internacionais que estabelecem procedimentos perante as Cortes Internacionais.
- c) Inter-relacionariedade.
- d) Dependem do reconhecimento por parte de um estado e da existência do vínculo da nacionalidade.
- e) Interpretação pro homine.

14. (FGV – 2023) A doutrina divide os direitos humanos em gerações. Acerca dessa classificação, assinale a opção incorreta.

- a) Primeira geração: Direitos civis e políticos.
- b) Segunda geração: Direitos econômicos, sociais e culturais.
- c) Terceira geração: Direitos de solidariedade.
- d) Quarta geração: Direito ao consumo.
- e) Ainda são controversas a existência e a definição de direitos humanos de quarta e quinta geração.

15. (FGV – 2022) Os direitos humanos são:

- a) escalonados e intransferíveis.
- b) graduados e interdependentes.
- c) globais, mesmo não se aplicando a todas as culturas.
- d) universais, indivisíveis, interdependentes e inter-relacionados.
- e) hierarquizados, de modo a garantir a precedência aos que mais precisam.

16. (FGV – 2022) Em seu discurso para os formandos de determinada faculdade de direito, João observou que a concepção de solidariedade, na perspectiva dos direitos humanos, apresenta contornos polissêmicos, que ainda carecem de compreensão pela sociedade e pelos poderes constituídos para que alcance padrões mínimos de efetividade, inclusive na realidade brasileira, especialmente em relação à existência, ou não, de direitos e deveres que se formariam a partir deles.

Com os olhos voltados às reflexões de João, é correto afirmar que a referida solidariedade

- a) sempre embasa direitos subjetivos, conferindo-lhes exigibilidade imediata.
- b) se situa no plano axiológico, não propriamente deontológico, contribuindo para criar um amálgama entre os integrantes do grupamento.
- c) já se encontra materializada em diversos comandos da ordem constitucional brasileira, mas em uma perspectiva puramente principiológica.
- d) já se encontra materializada em diversos comandos da ordem constitucional brasileira, em sua dimensão objetiva, não propriamente subjetiva.
- e) já se encontra materializada em diversos comandos da ordem constitucional brasileira, embasando até mesmo deveres de custeio de direitos transindividuais.

17. (FGV – 2022) Pedro e João realizaram alentado debate a respeito das dificuldades enfrentadas para a proteção internacional dos direitos humanos. De acordo com Pedro, o maior problema a ser enfrentado decorre do fato de os sistemas de proteção serem exclusivamente consensuais, além de os universais disporem de mecanismos de acesso com eficácia inferior aos regionais. João, por sua vez, entendia existir um segundo problema, tão grave quanto o primeiro, decorrente da existência do domínio reservado de jurisdição interna, o que significa dizer que atos afetos à soberania estatal não podem ser avaliados por organismos internacionais fora de bases de natureza consensual.

À luz das considerações de Pedro e João, é correto afirmar que

- a) Pedro está totalmente certo e João, totalmente errado.
- b) Pedro está parcialmente certo, ao se referir aos sistemas universais, e João, totalmente certo.
- c) Pedro está parcialmente certo ao se referir aos sistemas universais, e João, totalmente errado.
- d) Pedro está parcialmente certo ao se referir ao caráter consensual dos sistemas de proteção, e João, totalmente certo.
- e) Pedro está parcialmente certo ao se referir ao caráter consensual dos sistemas de proteção, e João, totalmente errado.

18. (FGV – 2022) Leia o fragmento a seguir sobre as características distintivas dos Direitos Humanos.

Tais direitos são _____, pois se estendem a todo gênero humano, em todo tempo e lugar.

São _____, porque seu respeito se pode exigir de qualquer pessoa, autoridade ou comunidade inteira, diferente daqueles emanados das relações contratuais, que somente podem ser exigidos de quem contratou a obrigação correspondente.

São _____, pois nenhuma pessoa ou autoridade pode atentar legitimamente contra eles, sem prejuízo das justas limitações que podem se impor a seu exercício, de acordo com as exigências do bem comum da sociedade.

São _____, pois pertencem à essência do ser humano de forma indissociável, assim não se pode renunciar, transferir ou transmitir, sob nenhum título, como ocorre com os demais direitos que são objetos de transações jurídicas.

Assinale a opção cujos itens completam corretamente as lacunas do fragmento acima.

- a) necessários – inatos – absolutos – invioláveis.
- b) imprescritíveis – invioláveis – absolutos – necessários.